

# Armadilhas da lisonja

José Nêumanne Pinto

QUEM não se lembra do desvio de rota patrocinado pelo ex-ministro da Fazenda, Ernani Galvães, que vinha do exterior. Precisava parar em Brasília. O avião não tinha escala em Brasília, mas fez um pouso no aeroporto de capital federal? Poucas são as metáforas mais eficientes para mostrar, de forma cabal, quanto pode o poder sem freio nem rédeas. Outro exemplo mais antigo e menos popular foi contado. um dia desses, pelo maestro Armando Bellardi, num programa que apresenta aos sábados, na Rádio Cultura FM de São Paulo. O maestro contou que, durante o Estado Novo, ele regeu a ópera *Mefistófeles*, de Boito, no Teatro Municipal de São Paulo. E achou muito estranho que o interventor federal, Adhemar de Barros, que gostava muito da ópera, não tivesse visto o primeiro ato. Adhemar chegou no intervalo, pediu desculpas (tinha uma recepção imperdível) e fez um pedido insólito: que o maestro regesse novamente a belíssima e soturna protófonia. A orquestra executou de novo a protófonia, para espanto geral e deleite particular do interventor.

Os passageiros do avião desviado para Brasília e os espantados espectadores da ópera de Boito no Teatro Municipal de São Paulo foram vítimas circunstanciais de pequenas manifestações de despotismo. Uma hora a mais de vôo até chegar ao destino, o inesperado acréscimo de uma peça no meio de uma obra completa. Isso tudo parece pequeno, desimportante, episódios do anedotário, mas, na verdade, são manifestações de um câncer muito mais grave do que aparenta: o poder absoluto que a tudo abarca e nada respeita. São manifestações leves, mas nunca menos graves, de um absolutismo que resulta, principalmente, da ausência de rotinas democráticas, da falta de uma ordem institucionalizada que não permitiria sequer que um ministro pensasse em poder alterar a rota de um vôo ou que um interventor federal resolvesse intervir numa obra de arte, como se ela fizesse parte de suas funções de mando e estivesse ao alcance de seu poder.

O poder, para quem o exerce num regime desinstitucionalizado como o nosso, pode ser um estupefaciente perigoso. Seu exercício pode ser mais saboroso que o fei-

jão de Dona Vicentina, na Portela, e mais atraente do que o sexo, provocando mais cupidez que montes de dinheiro e mais glórias do que a mais gratificante fama. O poder isola e corrompe, seduz e engana, quando não se apóia numa estrutura sólida de uma organização institucional impessoalizada e isenta de nepotismos ou idiossincrasias. É esta e somente esta a explicação para o fato de muita gente hoje estar comparando o que o regime de transição anda cometendo com o que o velho e substituído autoritarismo militar aprontava. Ou seja: ainda não foi erguido o edifício institucional, ainda não foi tecida a rede de rotinas democráticas, na qual a democracia se instalará e se transmitirá do topo da pirâmide até a base mais plana da sociedade.

O despotismo é filho natural da desordem institucional. E só isso pode explicar as arbitrárias intervenções da censura federal — como no caso recente da proibição da peça de teatro *Teledeum* menos de dois anos depois de um ministro do novo regime, o Dr. Fernando Lyra, haver proclamado, em alto e bom som, que não havia mais censura no Brasil. O que faz o Dr. Coriolano Fagundes utilizar a irracionalidade da ditadura para explicar o inexplicável (ninguém é obrigado a ir ao teatro, vai quem quer, portanto quem não quiser se sentir ofendido não precisa gastar dinheiro comprando um ingresso) é a inexistência de uma ordem democrática real. A democracia, na qual o Dr. Coriolano Fagundes representa seu papel, é uma espécie de objetivo, por enquanto fictício. Ela só se transformará em realidade se os 559 homens eleitos para redigirem a Constituição do Brasil conseguirem produzir um texto no qual a engenharia institucional proteja o interesse comum dos incomuns caprichos dos mais fortes.

Outro ator importante desta peça, aliás seu protagonista, é o Presidente da República. No fim de semana, foi a um churrasco com empresários pretensamente para ouvir o que eles tinham a dizer da situação econômica. Neste momento, a ópera foi interrompida por um minueto interessante. Os participantes do encontro pediram aos repórteres, que acompanhavam o encontro à distância, a cabeça do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Depois no encontro propriamente dito com o Presidente, a

quem cabia fazer tal pleito, fizeram considerações genéricas sobre o quadro atual. Como os repórteres não têm o poder de demitir o Ministro, poder exclusivo do Presidente, e o Presidente não tem encontrado forças para alterar substancialmente a crise em que a economia mergulha, os dirigentes de empresa desobedeceram àquela ordem elementar da música de Tim Maia: "Vale tudo, só não vale é dançar homem com homem, nem mulher com mulher." Fizeram tudo ao contrário e não caminharam um passo, o Presidente ficou sabendo do descontentamento dos empresários com a política do Ministro da Fazenda pelos jornais e, para isso, não precisava ter ido ao churrasco na fazenda de Mathias Machline.

Aí, mais uma vez, o problema é institucional. Os empresários no Brasil têm um sonho: a economia de mercado. Mas a realidade é que a economia está nas mãos de um Estado voraz e paternalista, que come tudo quanto pode do bolo que a sociedade produz para depois distribuir o que resta entre aqueles que ele considera mais dignos. Como não há uma institucionalização dessa partilha do produto, trava-se uma guerra surda pelos sobejos mais apetitosos da ceia do leão. E evidentemente todos disputam, pela lisonja, jamais pelo realismo, a simpatia da fera.

Por isso ninguém tem coragem de ir ao Presidente e dizer-lhe, com todas as letras, o que a sociedade está pensando da desordem econômica, que está sendo promovida pela má gestão do caixa nacional pelo Ministério da Fazenda. Como já foi dito nesse artigo, o poder isola. E, por isso, é muito cruel também com quem o exerce. Para combater esse isolamento só há o caminho institucional. A nação espera que os constituintes tenham noção clara disso e possam construir a ordem democrática à base da confecção de um tecido de rotinas comuns a todos, que impeçam o interventor federal de tentar intervir na ópera e o burocrata-chefe de seqüestrar o avião, promovendo escalas a seu bel-prazer. Somente assim, todos se sentirão confortados em saber que o Presidente da República não está afundando na areia movediça da desinformação, depois de pisar na armadilha da lisonja interesseira.